

**CAB Cuiabá S/A - Concessionária de
Serviços Públicos de Água e Esgoto**

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto - SP - Brasil
Caixa Postal 457
14001-970 - Ribeirão Preto - SP - Brasil

Central Tel 55 (16) 3323-6650
Fax Nacional 55 (16) 3323-6651
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Conselheiros e Acionistas da

CAB Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto

Cuiabá - MT

Examinamos as demonstrações financeiras da CAB Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que foram determinados como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CAB Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Companhia necessitará de recursos financeiros próprios/ de acionistas ou de terceiros para cumprir com seu plano de investimentos, cuja captação pode ser afetada em decorrência dos eventos da operação “Lava Jato” da parte relacionada Galvão Engenharia S/A. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 28 às demonstrações financeiras, a Companhia possui debêntures com cláusulas restritivas de *covenants* por obrigações da garantidora Galvão Participações S/A que protocolou em 25 de março de 2015 pedido de Recuperação Judicial na Comarca da Capital do Rio de Janeiro, tal fato poderá antecipar o vencimento da dívida registrada no passivo não circulante para o circulante no montante de R\$ R\$ 183.633 mil. O vencimento antecipado depende de deliberação de Assembleia Geral de Debenturistas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Ribeirão Preto, 26 de março de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marcos Roberto Bassi
Contador CRC 1SP217348/O-5

CAB Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2014	2013	Passivo	Nota	2014	2013
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	7.894	2.112	Fornecedores e outras contas a pagar	14	40.187	17.811
Outros investimentos	9	40.619	296	Empréstimos e financiamentos	15	4.743	194.434
Depósitos bancários vinculados		1.480	-	Provisões e encargos trabalhistas		3.595	3.382
Contas a receber e outros recebíveis	10	38.184	28.643	Obrigações fiscais		494	1.701
Estoques		3.478	2.821				
Impostos e contribuições a recuperar		3.495	202	Total do passivo circulante		49.019	217.328
Despesas antecipadas		123	119				
Total do ativo circulante		95.273	34.193	Não circulante			
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Realizável a longo prazo			
Contas a receber e outros recebíveis	10	2.500	2.285	Empréstimos e financiamentos	15	203.282	47.547
Depósitos judiciais		498	126	Debêntures	16	183.633	-
Impostos e contribuições a recuperar		1.426	-	Provisão para contingências	17	1.215	234
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	15.970	6.493				
Total do realizável a longo prazo		20.394	8.904	Total do passivo não circulante		388.130	47.781
Imobilizado				Patrimônio líquido			
Imobilizado	12	7.996	8.487	Capital social	20	55.035	50.035
Intangível	13	336.696	250.682	Prejuízos acumulados		(31.825)	(12.878)
Total do ativo não circulante		365.086	268.073	Total do patrimônio líquido		23.210	37.157
Total do ativo		460.359	302.266	Total do passivo		437.149	265.109
				Total do passivo e patrimônio líquido		460.359	302.266

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CAB Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota	2014	2013
Receita operacional líquida	21	207.350	161.467
Custo dos serviços prestados	22	<u>(144.118)</u>	<u>(107.697)</u>
Lucro bruto		<u>63.232</u>	<u>53.770</u>
Despesas operacionais			
Comerciais	22	(19.012)	(19.556)
Administrativas e gerais	22	(32.257)	(33.811)
Outras receitas líquidas		<u>22</u>	<u>102</u>
		<u>(51.247)</u>	<u>(53.265)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>11.985</u>	<u>505</u>
Receitas financeiras	23	5.333	3.423
Despesas financeiras	23	<u>(45.742)</u>	<u>(22.723)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(40.409)</u>	<u>(19.300)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>(28.424)</u>	<u>(18.795)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	<u>9.477</u>	<u>6.358</u>
Resultado do exercício		<u><u>(18.947)</u></u>	<u><u>(12.437)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CAB Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	2014	2013
Resultado do exercício	<u>(18.947)</u>	<u>(12.437)</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(18.947)</u></u>	<u><u>(12.437)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CAB Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2013		<u>7.135</u>	<u>(441)</u>	<u>6.694</u>
Integralização de capital social		42.900	-	42.900
Resultado do exercício		<u>-</u>	<u>(12.437)</u>	<u>(12.437)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2013	20	<u>50.035</u>	<u>(12.878)</u>	<u>37.157</u>
Integralização de capital social		5.000	-	5.000
Resultado do exercício		<u>-</u>	<u>(18.947)</u>	<u>(18.947)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014	20	<u><u>55.035</u></u>	<u><u>(31.825)</u></u>	<u><u>23.210</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CAB Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota	2014	2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício		(18.947)	(12.437)
Ajustes para:			
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		7.683	7.016
Depreciação e amortização		17.333	8.139
Resultado na venda de imobilizado		1	-
Provisão para contingências		981	(248)
Impostos de renda e contribuição social diferidos		(9.477)	(6.358)
Juros sobre atualização de outros investimentos		(626)	(9)
Margem de intangível de concessão		(1.853)	(1.243)
Juros incorridos de empréstimos, financiamentos e debêntures		31.160	19.037
(Aumento) em contas a receber e outros recebíveis		(17.439)	(10.748)
(Aumento) em estoques		(657)	(1.075)
(Aumento) redução em impostos e contribuições a recuperar		(4.719)	656
(Aumento) em despesas antecipadas		(4)	(49)
(Aumento) em depósitos judiciais		(372)	(94)
Aumento em fornecedores e outras contas a pagar		13.998	4.846
Aumento em provisões e encargos trabalhistas		213	938
(Redução) em obrigações fiscais		(1.207)	(1.998)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos		<u>(27.227)</u>	<u>(15.866)</u>
Fluxo de caixa usado nas atividades operacionais		<u>(11.159)</u>	<u>(9.493)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de ativos imobilizado		(2.038)	(8.084)
Aquisições de ativo intangível	27b	(90.588)	(69.985)
Outros investimentos		<u>(39.697)</u>	<u>(287)</u>
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos		<u>(132.323)</u>	<u>(78.356)</u>
Fluxo de caixa das atividade de financiamentos			
Empréstimos e financiamentos tomados		279.562	424.820
Custo de transação relacionado a financiamentos		(3.273)	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos		(310.045)	(368.260)
Depósitos bancários vinculados		(1.480)	-
Debêntures emitidas		179.500	-
Integralização de capital social		<u>5.000</u>	<u>25.900</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento		<u>149.264</u>	<u>82.460</u>
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		<u>5.782</u>	<u>(5.389)</u>
Demonstração do caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		<u>2.112</u>	<u>7.501</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	27a	<u><u>7.894</u></u>	<u><u>2.112</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Nota	Base de preparação	
1	Contexto operacional	11
2	Base de preparação	11
3	Moeda funcional e moeda de apresentação	11
4	Uso de estimativas e julgamentos	11
	Políticas contábeis	
5	Base de mensuração	13
6	Mudanças nas políticas contábeis	13
7	Principais políticas contábeis	13
	Ativos	
8	Caixa e equivalentes de caixa	21
9	Outros investimentos	21
10	Contas a receber e outros recebíveis	21
11	Imposto de renda e contribuição social diferidos	22
12	Imobilizado	23
13	Intangível	24
	Passivos e patrimônio líquido	
14	Fornecedores e outras contas pagar	25
15	Empréstimos e financiamentos	25
16	Debêntures	26
17	Provisão para contingências	26
19	Partes relacionadas	32
20	Patrimônio líquido	34
	Instrumentos financeiros	
18	Instrumentos financeiros	26
	Desempenho do ano	
21	Receita operacional líquida	35
22	Custos e despesas por natureza	35
23	Receitas financeiras e despesas financeiras	36
	Outras informações	
24	Cobertura de seguros	36
25	Compromissos	36
26	Aspectos ambientais	37
27	Demonstrações dos fluxos de caixa	37
28	Eventos subsequentes	37

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A CAB Cuiabá S/A -Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto - “Companhia” constituída em 31 de janeiro de 2012 iniciou suas atividades em 18 de abril de 2012 com o propósito específico de prestação de serviços públicos de água e esgoto no Município de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, e a prestação dos serviços suplementares, conforme definido no contrato de concessão firmado pela Companhia em 17 de fevereiro de 2012 com o Município de Cuiabá (Poder Concedente), decorrente da Concorrência Pública e irá operar o sistema até 2042.

A CAB Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto, localizada na Avenida Gonçalo Antunes de Barros, nº 3.196, no Município de Cuiabá- Estado de Mato Grosso, tem como objeto social a prestação de serviços públicos de saneamento básico de água e esgotamento sanitário, compreendendo a produção de água para abastecimento, sua distribuição, operação, conservação e manutenção, além da coleta, tratamento e exploração de esgotos.

A Companhia tem previsão orçamentária para realizar investimentos na manutenção das redes de água e esgoto, que permitirão a redução de perdas de faturamento e redução de custos. O sucesso destes investimentos depende da captação de recursos junto a terceiros, a qual pode ser afetada pela citação da parte relacionada Galvão Engenharia S/A na investigação “Lava Jato” da Polícia Federal, ou de aportes dos acionistas.

2 Base de preparação

a) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 26 de março de 2015.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, incluindo as mudanças durante o ano, estão apresentadas nas notas explicativas nº 7 e 6, respectivamente.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2015 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 11 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; e
- Nota explicativa nº 13 - vida útil do ativo intangível resultante do contrato de concessão;
- Nota explicativa nº 17 - reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota explicativa nº 18 - instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

6 Mudanças nas políticas contábeis

A Companhia avaliou os seguintes novos pronunciamentos e revisões de pronunciamentos, com data de aplicação inicial em 1º de janeiro de 2014:

- a) ICPC 19/ IFRIC 21 - Tributos;
- b) CPC 38 / IAS 36 (Alterada) - Divulgações sobre o valor recuperável de ativos não financeiros; e
- c) OCPC 7 - Notas explicativas.

A aplicação dessas alterações não gerou impacto sobre essas demonstrações financeiras.

7 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Receita operacional

(i) *Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto*

A receita de serviços é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas de serviços decorrem do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário. As receitas ainda não faturadas, correspondentes à última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras, representam receitas incorridas e são reconhecidas como contas a receber de clientes/receita operacional com base em estimativas mensais dos serviços completados.

(ii) *Outros serviços indiretos de água e esgoto*

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se a prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados.

(iii) *Contratos de concessão de serviços e construção*

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sobre contrato de concessão é determinada e reconhecida de acordo com o Pronunciamento Técnico ICPC 01(R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Concessão, segundo o método de porcentagem de conclusão (POC), mediante incorporação da margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de competência, uma vez que a Companhia é remunerada pelos usuários dos serviços públicos. A margem de lucro utilizada em 2014 e 2013 é de 2,27%.

Essa receita é reconhecida juntamente com os respectivos tributos diferidos e custos de construção na demonstração do resultado de sua competência e está diretamente relacionada ao respectivo ativo intangível formado.

Receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

b) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- juros sobre aplicações financeiras e outros investimentos;
- juros sobre atualização de contas a receber de clientes;
- descontos obtidos;
- tarifas bancárias;
- seguros fianças; e
- despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures.

As receitas e as despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

c) Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um ressarcimento de caixa ou uma redução em futuros pagamentos esteja disponível. A Companhia não possui outros benefícios pós-emprego.

d) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios

anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

e) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado.

f) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

A Companhia considera como ativo imobilizado, somente os bens que estão em seu poder e podem ser a quaisquer momentos negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

• Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos
• Móveis e utensílios	10 anos
• Computadores e periféricos	5 anos
• Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

g) Ativos intangíveis

(i) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo estes revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a um direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura.

Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo.

A amortização é efetuada linearmente durante o prazo da concessão e não excede os prazos de concessão.

(ii) Outros ativos intangíveis

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

(iii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado.

(iv) Amortização

Amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

- | | |
|-------------------------------|---------|
| • Software | 5 anos |
| • Desenvolvimento de Projetos | 29 anos |
| • Outorga de concessão | 30 anos |
| • Intangível ICPC 01 (R1) | 14 anos |

h) Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo por meio do resultado compreendem aplicações financeiras registradas em caixa e equivalentes de caixa, quotas de fundo de investimento registradas em outros investimentos e depósitos bancários vinculados.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes e outros recebíveis.

Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos e debêntures, fornecedores e outras contas a pagar.

(iv) Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

i) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições não consideradas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs (unidades geradoras de caixa).

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

j) Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

k) Provisão de manutenção - Contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Não há intervenções físicas previstas em contrato e/ou pela Administração da Companhia até o encerramento da concessão vigente, portanto, nenhuma provisão foi registrada em 31 de dezembro de 2014 com relação a este assunto.

l) Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20(R1) - Custos de empréstimos emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

m) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 *Financial Instruments* (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers* (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige que uma entidade reconheça o montante da receita refletindo a contraprestação que se espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S. GAAP quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais

8 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Taxa média de juros (%) a.a</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Caixa		7	6
Saldo bancário		2.452	2.106
Aplicações financeiras	8,06	5.435	-
Total		<u>7.894</u>	<u>2.112</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

A exposição da Companhia a riscos de crédito, taxa de juros e uma análise de sensibilidade relacionados à caixa e equivalentes de caixa é divulgada na nota explicativa nº 18.

9 Outros investimentos

Outros investimentos compreendem aplicações em fundos de investimentos e são classificados como ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado e para o exercício de 2014 a rentabilidade média foi de 99,68% do CDI (100% do CDI em 2013). Possuem vencimento entre 1 e 7 anos, com previsibilidade de resgate imediato.

Esses recursos são utilizados em investimentos necessários para a melhoria ou manutenção das redes de água e esgoto e demais investimentos previstos no contrato de concessão.

A exposição da Companhia a risco de crédito, de taxa de juros e uma análise de sensibilidade relacionados a outros investimentos é divulgada na nota explicativa nº 18.

10 Contas a receber e outros recebíveis

	<u>Nota</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Contas a receber		32.537	27.976
Adiantamentos		1.568	592
Partes relacionadas - operações mensais	19	4.079	75
Partes relacionadas - empréstimos a receber	19	2.500	2.285
Total		<u>40.684</u>	<u>30.928</u>
Ativo circulante		38.184	28.643
Ativo não circulante		2.500	2.285

A exposição da Companhia a riscos de crédito e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber e outros recebíveis é divulgada na nota explicativa nº 18.

11 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Imposto de renda e contribuição social						
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social (a)	17.395	6.215	-	-	11.180	5.007
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	3.510	2.939	-	-	571	2.385
Custo de transação de empréstimos	-	-	1.728	663	(1.065)	-
Imobilizado líquido - contratos de concessão	-	-	1.450	836	(614)	(411)
Direitos a faturar	-	-	2.170	2.130	(40)	(135)
Provisão para contingências	413	80	-	-	333	80
Outras provisões	-	888	-	-	(888)	(568)
	<u>21.318</u>	<u>10.122</u>	<u>5.348</u>	<u>3.629</u>	<u>9.477</u>	<u>6.358</u>
Compensação (*)	(5.348)	(3.629)	(5.348)	(3.629)	-	-
Total	<u>15.970</u>	<u>6.493</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.477</u>	<u>6.358</u>

(a) Com base na estimativa dos planos de negócios, a Companhia reconheceu o ativo fiscal diferido sobre prejuízos acumulados, considerando que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para compensação de tais perdas.

(*) Saldos de passivos fiscais diferidos compensados, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

A Companhia optou pela não adoção antecipada do novo regime de tributação na apuração do imposto de renda e contribuição social a pagar do ano fiscal de 2014. A despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício reflete essa opção.

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Reconciliação da taxa efetiva		
Resultado do exercício antes dos impostos	(28.424)	(18.795)
Alíquota nominal	34%	34%
Crédito com imposto à alíquota nominal	9.664	6.390
Ajuste do imposto de renda e contribuição social		
Despesas não dedutíveis	(177)	(42)
Outras	(10)	10
Imposto diferido	<u>9.477</u>	<u>6.358</u>
Alíquota efetiva	33%	34%

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

12 Imobilizado

Custo	Máquinas, aparelhos e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2013	224	269	618	-	1.111
Adições	1.058	223	603	6.200	8.084
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.282	492	1.221	6.200	9.195
Adições	510	449	574	505	2.038
Baixas	-	-	(2)	-	(2)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.792	941	1.793	6.705	11.231
Depreciação					
Saldo em 1º de janeiro de 2013	(12)	(14)	(74)	-	(100)
Adições	(78)	(34)	(173)	(323)	(608)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(90)	(48)	(247)	(323)	(708)
Adições	(299)	(123)	(588)	(1.518)	(2.528)
Baixas	-	-	1	-	1
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(389)	(171)	(834)	(1.841)	(3.235)
Valor líquido contábil					
Em 31 de dezembro de 2013	1.192	444	974	5.877	8.487
Em 31 de dezembro de 2014	1.403	770	959	4.864	7.996

Provisão para redução ao valor recuperável

De acordo com o CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, a Companhia avalia, ao final de cada exercício, eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre seu valor de recuperação. A avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, considerando variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercados entre outros.

O resultado de tal avaliação não apontou necessidade de provisão para redução no valor recuperável destes ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

13 Intangível

Custo	Intangível ICPC 01 (R1) (i)	Outorga concessão (ii)	Desenvolvimento de projeto	Software	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2013	55.339	121.255	9.646	2.917	189.157
Adições	55.101	8.333	6.913	881	71.228
Saldo em 31 de dezembro de 2013	110.440	129.588	16.559	3.798	260.385
Adições	82.401	12.500	4.209	1.709	100.819
Transferências	(827)	-	827	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	192.014	142.088	21.595	5.507	361.204
Amortização					
Saldo em 1º de janeiro de 2013	(254)	(1.759)	(40)	(120)	(2.172)
Adições	(2.312)	(4.154)	(406)	(658)	(7.531)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(2.566)	(5.913)	(446)	(778)	(9.703)
Adições	(9.037)	(4.313)	(555)	(900)	(14.805)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(11.603)	(10.226)	(1.001)	(1.678)	(24.508)
Valor líquido contábil					
Em 31 de dezembro de 2013	107.874	123.675	16.113	3.020	250.682
Em 31 de dezembro de 2014	180.411	131.862	20.594	3.829	336.696

(i) Intangível ICPC 01 (R1)

	Taxa média de amortização % a.a. (*)	Custo mais margem de administração % a.a. (**)	2013		2014	
			Custo	Adições	Transferências	Custo
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10,00	2,27	39.467	14.290	-	53.757
Rede de água	4,69	2,27	26.313	40.667	-	66.980
Rede de esgoto	3,98	2,27	1.605	10.614	-	12.219
Obras em andamento	-	2,27	42.662	16.818	(827)	58.653
Outros	-	2,27	393	12	-	405
Total			110.440	82.401	(827)	192.014

(*) Os prazos de amortização não excedem o prazo da concessão.

(**) Capitalizados no ativo intangível por ocasionarem um incremento de receita futura, conforme plano de negócio gerencial.

O ativo intangível, registrado na rubrica intangível ICPC 01 - (R1), refere-se exclusivamente aos gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear, considerando como início da amortização a data de aquisição do bem ou a data de término das obras.

Os ativos intangíveis com vida útil definida têm seu valor recuperável testado caso haja indicativo de perda de valor. A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

(ii) Outorga da concessão

Intangível	Taxa média de amortização % a.a. (*)	2013		2014	
		Custo	Adição	Custo	
	3,36	129.588	12.500	142.088	

(*) Refere-se a outorga fixa paga em decorrência de contrato de concessão, que está sendo amortizada linearmente pelo prazo de concessão.

14 Fornecedores e outras contas pagar

	<u>Nota</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fornecedores diversos		28.566	14.102
Partes relacionadas - operações mensais	19	10.425	2.785
Adiantamentos		170	113
Outras contas a pagar diversas		1.026	811
Total		<u>40.187</u>	<u>17.811</u>

A Companhia avaliou o ajuste a valor presente dos seus saldos de fornecedores em 31 de dezembro de 2014 e concluiu que os valores não geram ajustes materiais nas demonstrações financeiras.

A exposição da Companhia a riscos de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar está divulgada na nota explicativa nº 18.

15 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos e financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, liquidez e uma análise de sensibilidade decorrentes destes empréstimos e financiamentos, veja nota explicativa nº 18.

<u>Linha de Crédito</u>	<u>Nota</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>		<u>Vencimento</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
			<u>médios a.a (%)</u>				
Nota promissória		CDI	10,34		2014	-	194.434
Finame			3,86		2015 a 2019	4.834	-
BNDES (partes relacionadas)	19	TJLP	7,76		2015 a 2032	203.204	-
Conta corrente - partes relacionadas	19					3.260	-
Empréstimos - partes relacionadas	19	CDI	9,70		2015	-	47.547
(-) Custo de transação						(3.273)	-
Total						<u>208.025</u>	<u>241.981</u>
Passivo circulante						4.743	194.434
Passivo não circulante						203.282	47.547

A garantia dos contratos de Finame é a alienação fiduciária dos bens móveis adquiridos.

As principais garantias do financiamento concedido pelo BNDES é o penhor de ações de emissão da Companhia, cessão fiduciária dos direitos provenientes do contrato de concessão e constituição de conta reserva com saldo não inferior a três prestações vincendas de amortização de principal e juros.

No início do contrato de financiamento junto ao BNDES, a Companhia incorreu em R\$ 3.273 de custos de transação. Decorrente desse custo de transação a taxa efetiva de juros estimada do contrato é de 11,95%.

A seguir é apresentado o montante de custos de transação registrado em empréstimos e financiamentos, a serem apropriados ao resultado em cada período subsequente:

<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>12 meses</u>	<u>13 a 24 meses</u>	<u>25 a 36 meses</u>	<u>37 a 48 meses</u>	<u>49 a 60 meses</u>	<u>61 a 213 Meses</u>
Financiamentos	3.273	79	286	255	259	248	2.146

16 Debêntures

Linha de crédito	Indexador	Juros		2014	2013
		médios a.a (%)	Vencimento		
Debêntures	CDI	13,77	2016 a 2024	183.633	-

Em 15 de setembro de 2014 a Companhia emitiu 17.950 debêntures da espécie com garantia real, não conversíveis em ações, no montante de R\$ 179.500, com amortização semestral a partir de 2016 e vencimento final em 2024, incidência de juros de 100% do CDI ao ano na base 252 dias úteis, acrescida de sobretaxa anual de 3% ao ano nos dois primeiros anos de vigência e de 4% ao ano pelo prazo remanescente. As garantias das debêntures consistem no penhor de ações e de qualquer forma de remuneração paga aos acionistas e a cessão fiduciária de direitos emergentes do contrato de concessão pública.

Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, liquidez e uma análise de sensibilidade decorrentes destas debêntures, veja nota explicativa nº 18.

17 Provisão para contingências

A Companhia classifica o risco de perda nos processos legais como “remotos”, “possíveis” ou “prováveis”. A avaliação da probabilidade de perda nessas ações, assim como a apuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos da Companhia. A Companhia considera existir riscos efetivos e registraram em 31 de dezembro de 2014 provisões no valor de R\$ 1.215 (R\$ 234 em 2013).

	Cíveis e trabalhistas	
	2014	2013
Saldo inicial	234	482
Adições	1.198	75
Reversões	(217)	(323)
Saldo final	1.215	234

As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras são de natureza cível e trabalhista, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, somaram o montante de R\$ 12.420 (R\$ 13.152 em 2013), para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

18 Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

**CAB Cuiabá S/A – Concessionária de Serviços
Públicos de Água e Esgoto
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014**

	Valor contábil				Valor justo			
	Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro 2014								
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Aplicações financeiras	5.435	-	-	5.435	-	5.435	-	5.435
Outros investimentos	40.619	-	-	40.619	-	40.619	-	40.619
Depósitos bancários vinculados	1.480	-	-	1.480	-	1.480	-	1.480
Total	47.534	-	-	47.534	-	47.534	-	47.534
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	2.459	-	2.459	-	-	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	-	40.684	-	40.684	-	-	-	-
Total	-	43.143	-	43.143	-	-	-	-
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Empréstimos e financiamentos	-	-	211.298	211.298	-	211.298	-	211.298
Debêntures	-	-	183.633	183.633	-	221.004	-	221.004
Total	-	-	394.931	394.931	-	432.302	-	432.302
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	40.187	40.187	-	-	-	-
31 de dezembro 2013								
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Outros investimentos	296	-	-	296	-	296	-	296
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	2.112	-	2.112	-	-	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	-	30.928	-	30.928	-	-	-	-
Total	-	33.040	-	33.040	-	-	-	-
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Empréstimos	-	-	241.981	241.981	-	241.981	-	241.981
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	17.811	17.811	-	-	-	-

b) Mensuração do valor justo

O valor justo para o financiamento do BNDES é o registrado contabilmente uma vez que não existem instrumentos similares com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

Para os demais passivos financeiros, o valor justo que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2014.

c) Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam seus papéis e obrigações.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Contas a receber e outros recebíveis

A Companhia tem atualmente recebíveis no segmento de saneamento.

Como principal mitigador do risco de crédito no contrato de concessão, a Companhia detém o controle direto dos recebíveis e o fornecimento dos serviços e, além disso, existe cláusula contratual prevendo indenização em caso de renúncia do poder concedente, demonstrando alto grau de controle sobre os recebíveis.

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Companhia manter seus saldos com bancos e instituição financeira consideradas de primeira linha.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	<u>Nota</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Caixa e equivalentes de caixa	8	7.894	2.112
Outros investimentos	9	40.619	296
Depósitos bancários vinculados		1.480	-
Contas a receber e outros recebíveis	10	39.116	30.336
Total		<u>89.109</u>	<u>32.744</u>
Ativo circulante		86.609	30.459
Ativo não circulante		2.500	2.285

Perdas por redução no valor recuperável

A composição por vencimento dos recebíveis de clientes na data das demonstrações financeiras foi a seguinte:

	2014	2013
A vencer	15.984	13.771
Vencidos de 1 a 30 dias	5.461	3.944
Vencidos de 31 a 90 dias	3.648	3.356
Vencidos de 91 a 120 dias	1.351	1.202
Vencidos de 121 a 180 dias	2.282	2.152
Vencidos de 181 a 360 dias	5.312	5.455
Vencidos acima de 360 dias	14.827	6.741
Total	48.865	36.621

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação ao contas a receber e outros recebíveis durante o exercício corrente e o comparativo foi o seguinte:

Saldo em 1º de janeiro de 2013	1.629
Provisão para redução ao valor recuperável reconhecida	17.847
Valores baixados	(10.831)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	8.645
Provisão para redução ao valor recuperável reconhecida	15.576
Valores baixados	(7.893)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	16.328

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é relacionada a vários clientes usuários dos serviços prestados de água e esgoto.

A composição da provisão por perdas ao valor recuperável conforme critério de estimativa é a seguinte:

	2014
Provisão de títulos vencidos acima de 360 dias (*)	14.827
Provisão sobre títulos vencidos até 360 dias (**)	1.501
Total	16.328

(*) títulos vencidos acima de 360 dias são considerados 100% na provisão;

(**) títulos renegociados que não foram recebidos no prazo acordado e percentual médio de perdas estimado sobre cada categoria que compõe o contas a receber vencidos até 360 dias, sendo residencial 8,62%, comercial e industrial 7,84% e órgãos públicos 1,70%, extraídos de estudo realizado com dados da Companhia.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Exposição ao risco de liquidez

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	Nota	2014	2013
Fornecedores e outras contas a pagar	14	40.017	17.698
Empréstimos e financiamentos	15	211.298	241.981
Debêntures	16	183.633	-
Total		434.948	259.679
Passivo circulante		44.839	212.132
Passivo não circulante		390.109	47.547

A Companhia realizou abertura de crédito junto ao BNDES para fins de modernização e expansão dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário bem como para o desenvolvimento institucional, conforme divulgado na nota explicativa nº 15. Este financiamento contém algumas cláusulas restritivas (*covenants*). O não cumprimento destas cláusulas restritivas pode ocasionar a liquidação antecipada do financiamento ou que os acionistas aportem recursos próprios.

Todas as cláusulas restritivas referentes aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão sendo integralmente cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2014.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação:

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 213 Meses
31 de dezembro de 2014								
Fornecedores e outras contas a pagar	40.017	40.017	40.017	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	211.298	442.466	11.651	42.432	34.973	35.460	33.512	284.438
Debêntures	183.633	404.070	-	19.236	38.126	43.291	48.664	254.753
31 de dezembro de 2013								
Fornecedores e outras contas a pagar	17.698	17.698	17.698	-				
Empréstimos e financiamentos	241.981	248.602	201.055	47.547				

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes.

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, tem nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos

financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI e TJLP.

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	<u>Nota</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Ativos financeiros			
Aplicações financeiras	8	5.435	-
Outros investimentos	9	40.619	296
Depósitos bancários vinculados		1.480	-
Partes relacionadas - empréstimos a receber	10	2.500	2.285
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	15	203.204	241.981
Debêntures	16	183.633	-

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo das aplicações financeiras, outros investimentos, depósitos bancários vinculados, contas a receber, endividamento, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, efetuamos uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com as premissas a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Separamos os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas conforme as tabelas a seguir:

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2014	Risco	Taxa de juros efetiva % a.a.	Cenários					
				Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros									
Aplicações financeiras	5.435	CDI	8,06	9,02	52	10,08	110	12,09	219
Outros investimentos	40.619	CDI	10,73	11,86	460	13,41	1.090	16,10	2.179
Depósitos bancários vinculados	1.480	CDI	10,64	11,77	17	13,30	39	15,96	79
Partes relacionadas - empréstimos a receber	2.500	CDI	13,05	14,28	31	16,31	82	19,58	163
Passivos financeiros									
BNDES - partes relacionadas	(203.204)	TJLP	7,76	7,76	-	9,70	(3.942)	11,64	(7.884)
Debêntures	(183.633)	CDI	13,77	14,90	(2.075)	17,21	(6.322)	20,66	(12.643)
Impacto no resultado e patrimônio líquido					<u>(1.515)</u>		<u>(8.943)</u>		<u>(17.887)</u>

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2014	Risco	Taxa de juros efetiva % a.a.	Cenários					
				Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros									
Aplicações financeiras	5.435	CDI	8,06	9,02	52	6,05	(110)	4,03	(219)
Outros investimentos	40.619	CDI	10,73	11,86	460	8,05	(1.090)	5,37	(2.179)
Depósitos bancários vinculados	1.480	CDI	10,64	11,77	17	7,98	(39)	5,32	(79)
Partes relacionadas - empréstimos a receber	2.500	CDI	13,05	14,28	31	9,79	(82)	6,53	(163)
Passivos financeiros									
BNDES - partes relacionadas	(203.204)	TJLP	7,76	7,76	-	5,82	3.942	3,88	7.884
Debêntures	(183.633)	CDI	13,77	14,90	(2.075)	10,33	6.322	6,89	12.643
Impacto no resultado e patrimônio líquido					(1.515)		8.943		17.887

Fontes: a informação do CDI foi extraída da base da CETIP e a TJLP foi extraída da Receita Federal, na data-base do último dia útil de dezembro de 2014.

d) Gestão de capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2014	2013
Total do passivo	437.149	265.109
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(7.894)	(2.112)
(=) Passivo líquido (A)	429.255	262.997
Total do patrimônio líquido (B)	23.210	37.157
Relação da dívida líquida pelo patrimônio ajustado (A/B)	18,49	7,08

19 Partes relacionadas

a) Controladora

A parte controladora direta e final da Companhia é a Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental, onde são consolidadas estas demonstrações financeiras.

b) Remuneração de pessoal-chave da administração

Os diretores são as pessoas-chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, entre outros), contabilizados na rubrica “Custos dos serviços prestados e Despesas administrativas”.

Remuneração de pessoal-chave da Administração compreende:

	2014	2013
Remuneração da diretoria	2.615	2.247
Benefícios diretos e indiretos	161	116
Total	2.776	2.363

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em ações.

c) Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativas a operações com partes relacionadas decorrem principalmente de transações com acionistas e companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

Circulante	Ativo		Passivo		Resultado		
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	
Em fornecedores, clientes e outras contas a pagar e a receber	(nota 10)	(nota 10)	(nota 14)	(nota 14)			
Galvão Engenharia S.A.							
- Contrato particular de construção	(a)	-	-	-	(11.214)	(22.978)	
- Antecipação do contrato particular de construção	(a)	3.922	-	-	-	-	
- Centro de serviços compartilhados - CSC	(b)	42	40	311	2.715	(3.047)	
Companhia de Águas do Brasil – CAB ambiental							
- Contrato de assistência técnica	(c)	-	-	486	-	(4.568)	
- Repasse de custos financeiros compartilhados	(d)	-	-	9.556	-	(9.556)	
Repasse de recursos e custos com serviços compartilhados	(e)	115	35	72	70	480	
Total		4.079	75	10.425	2.785	(27.905)	
Em empréstimos e financiamentos			(nota 15)	(nota 15)			
Conta corrente	(f)	-	-	3.260	-	-	
Financiamento - BNDES	(g)	-	-	418	-	(3.646)	
Total		-	-	3.678	-	(3.646)	
Não circulante							
		2014	2013	2014	2013	2014	2013
		(nota 10)	(nota 10)	(nota 15)	(nota 15)		
Em clientes e outras contas a receber e em empréstimos e financiamentos							
Empréstimos	(h)	2.500	2.285	-	47.547	(1.798)	(1.230)
Financiamento - BNDES	(g)	-	-	202.786	-	-	-
Total		2.500	2.285	202.786	47.547	(1.798)	(1.230)

- (a) Refere-se ao contrato particular de engenharia, construção das obras civis, fornecimento e montagem entre a Companhia e a Galvão Engenharia S.A. O valor global do contrato totaliza R\$ 492.605. Em 31 de dezembro de 2014 o montante acumulado contabilizado desse contrato por meio de medição de contrato físico e financeiro é de R\$ 11.214 registrados como custo dos contratos de construção.
- (b) Refere-se a repasses de compartilhamento de recursos e rateio de despesas comuns, cujo critério de rateio varia de acordo com a natureza do serviço.
- (c) Refere-se ao Contrato de assistência técnica entre a Companhia e sua controladora Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental com vigência até o término do contrato de concessão. Em 31 de dezembro de 2014, o prazo remanescente é de 28 anos e as parcelas mensais a serem pagas equivalem a 5% da receita.
- (d) Refere-se ao repasse de compartilhamento de despesas com encargos financeiros entre a Companhia e sua controladora Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental, incidentes sobre os empréstimos tomados com instituições financeiras.

- (e) Repasse com gastos alocados temporariamente entre as partes relacionadas para prestação de serviços administrativos (contábil, financeiro e fiscal) e operacionais (engenheiros), cuja mensuração é efetuada mediante rateio de tempo despendido.
- (f) Refere-se ao contrato de conta corrente entre a Companhia e sua controladora Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental, no qual cada uma das partes pode estar simultaneamente na posição de credora e devedora, com direitos e obrigações recíprocas, podendo a qualquer momento o numerário ser exigido e restituído imediatamente.
- (g) Refere-se ao contrato de financiamento firmado junto ao BNDES, contendo maiores detalhes na nota explicativa nº 15.
- (h) Refere-se a empréstimo firmado entre Companhia e empresas do Grupo, com incidência de juros de 120% do CDI ao ano e vencimento em 2016.

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2014 está representado por 55.035 ações ordinárias (50.035 em 2013), pertencentes aos seguintes acionistas:

	Em % de participação	
	2014	2013
Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental	80%	80%
PCT Participações Ltda	20%	20%
Total	100%	100%

b. Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia não determina o dividendo mínimo obrigatório, consequentemente a Lei 6.404/76 determina que deva ser de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma dessa lei.

A Companhia possui algumas obrigações especiais a cumprir integrantes do contrato de financiamento firmado com o BNDES e, dentre estas obrigações, não poderá distribuir quaisquer recursos aos acionistas sob a forma de dividendos acima do limite mínimo legal ou juros sobre o capital próprio até o término do prazo de execução e conclusão do projeto financiado determinado para 2016. A partir do ano civil seguinte, poderá haver a distribuição dos referidos recursos, desde que sejam atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- Manutenção do índice de cobertura do serviço da dívida estipulado; e
- Adimplemento no cumprimento de todas as obrigações assumidas.

21 Receita operacional líquida

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Saneamento	148.736	122.885
Construção	81.561	54.708
Serviços	3.509	1.935
Abatimentos e cancelamentos	(13.440)	(7.075)
Impostos sobre serviços	(13.016)	(10.986)
Total	<u><u>207.350</u></u>	<u><u>161.467</u></u>

22 Custos e despesas por natureza

Custos dos serviços prestados	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Materiais diretos	(109.850)	(85.318)
Materiais indiretos	(13.754)	(11.171)
Custos pessoal	(13.621)	(8.335)
Depreciação e amortização	(10.887)	(5.933)
Crédito de Pis e Cofins	3.994	3.060
Total	<u><u>(144.118)</u></u>	<u><u>(107.697)</u></u>

Despesas comerciais	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(7.683)	(7.016)
Despesa com pessoal	(3.400)	(4.686)
Depreciação e amortização	(1.943)	(371)
Outras despesas comerciais	(5.986)	(7.483)
Total	<u><u>(19.012)</u></u>	<u><u>(19.556)</u></u>

Despesas administrativas	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Serviços contratados	(14.230)	(13.133)
Despesas pessoal	(8.183)	(15.454)
Depreciação e amortização	(4.509)	(1.834)
Outras despesas	(5.335)	(3.390)
Total	<u><u>(32.257)</u></u>	<u><u>(33.811)</u></u>

23 Receitas financeiras e despesas financeiras

Receitas financeiras	2014	2013
Juros e multas recebidos de clientes	3.740	3.133
Juros de aplicações financeiras e outros investimentos	1.528	224
Descontos obtidos	65	43
Outras receitas financeiras	-	23
Total	5.333	3.423
Despesas financeiras		
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	(29.147)	(17.790)
Repasse de custos financeiros compartilhados	(9.556)	-
Comissões e despesas bancárias	(2.161)	(2.734)
Despesas de operações com partes relacionadas	(1.798)	(1.230)
Outras despesas financeiras	(3.080)	(969)
Total	(45.742)	(22.723)
Resultado financeiro líquido	(40.409)	(19.300)

24 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a cobertura de seguros contra riscos operacionais são as seguintes:

	2014	2013
Patrimonial riscos diversos + equipamentos	119.479	117.649
Seguro garantia	30.609	31.663
Responsabilidade civil	15.000	15.000
Total	165.088	164.312

25 Compromissos

a) Compromisso com o Poder Concedente

Em 31 de dezembro de 2014 o saldo remanescente da outorga devida ao Poder Concedente é de R\$ 3.126, divididos em 3 pagamentos mensais, iguais e consecutivos de R\$ 1.042.

b) Decorrente do direito de outorga variável

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, que corresponde a 5% da arrecadação efetivamente obtida mensalmente.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 6.237 (R\$ 5.217 em 2013) referente ao direito de outorga variável registrados na rubrica de custos dos serviços prestados.

c) Compromissos vinculados ao contrato de concessão

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Companhia até 31 de dezembro de 2014 estava cumprindo todos os compromissos contratuais, incluindo metas de efetuar os investimentos

previstos no contrato de concessão. Tais compromissos e investimentos contratuais não foram objeto de análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros calculados por metas físicas estabelecidas em contrato.

d) Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão

A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, a Companhia possui o compromisso de manter controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada).

26 Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

27 Demonstrações dos fluxos de caixa

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na Companhia e de saldos em poder de bancos.

b) Intangível

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia adquiriu ativo intangível ao custo total de R\$ 100.819 dos quais R\$ 8.378 não foram pagos em caixa por estarem registrados em fornecedores e outras contas a pagar e R\$ 1.853 são itens não caixa referente à margem de receita de construção.

28 Eventos subsequentes

Em 25 de março de 2015 a parte relacionada Galvão Participações S/A protocolou pedido de Recuperação Judicial (RJ) na Comarca da Capital do Rio de Janeiro. A Companhia possui cláusulas restritivas das debêntures com a interveniente Galvão Participações S/A, que deixaram de ser atendidas após a data do balanço, cujo vencimento antecipado depende de deliberação de Assembleia Geral de Debenturistas, no valor de R\$ 183.633 registradas no passivo não circulante.

A Companhia declara que todas as obrigações financeiras e contratuais estão em dia, não havendo nenhum motivo que possa ensejar vencimento antecipado por ato ou omissão da Emissora. Todavia, em relação à obrigação pertinente a Garantidora caberá aos Debenturistas, representados por, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das debêntures em circulação, em sede de Assembleia Geral deliberar sobre a eventual aceleração da dívida. Nesse sentido, a emissora das debentures envidará os melhores esforços para fins de prestar todos os esclarecimentos necessários e garantir o conforto dos Debenturistas.

* * *

Composição da Diretoria e do Conselho de Administração

Diretoria:

Antonio Carlos Ribas Dallalana
Celso Lino Paschoal Junior
Luis Afonso Migliani Bazzo
Otávio Ferreira da Silveira

Conselheiros:

Antonio Otávio Peixoto
Edison Martins
Leonardo Silva Araujo
Mário de Queiroz Galvão

Contador

Adriano Marotte de Paula
CRC/MT nº MT-268415/O-2